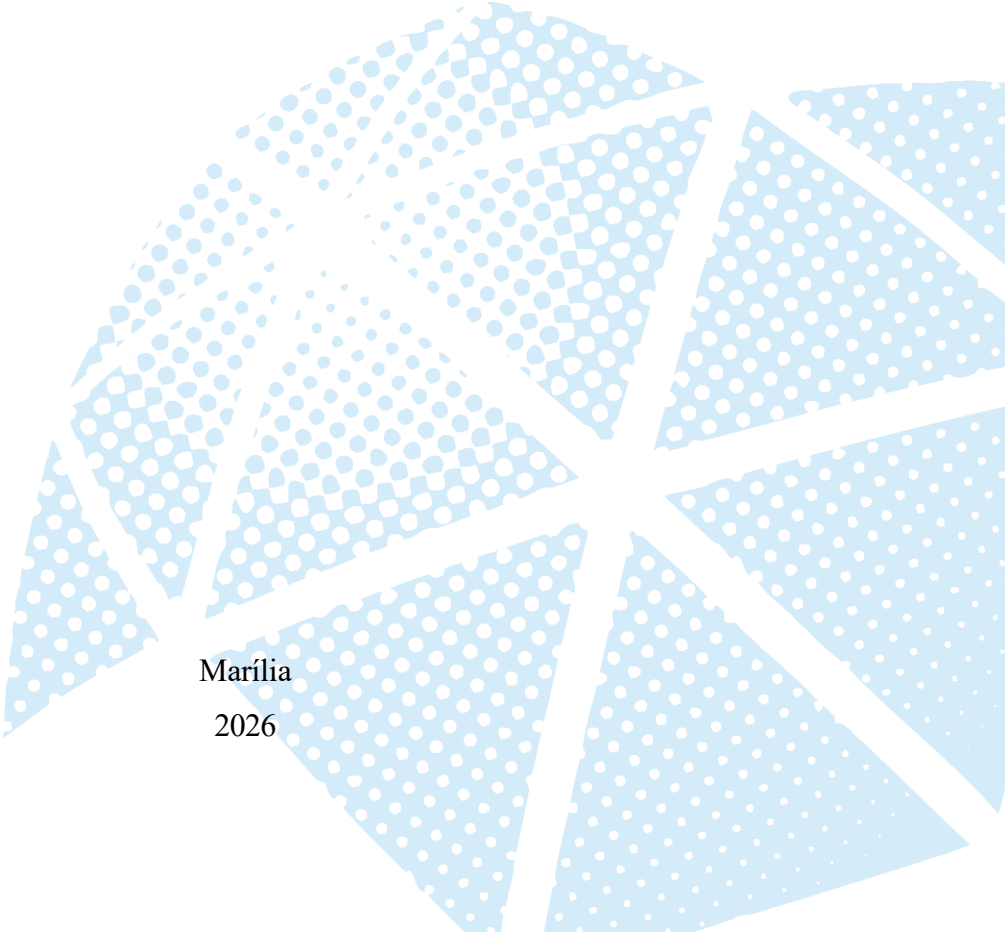


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

VALENTINE GABRIEL DA COSTA COUTO

SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA E GEOPOLÍTICA:
a MINUSTAH e o Hait após o terremoto de 2010

Marília
2026



VALENTINE GABRIEL DA COSTA COUTO

**SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA E GEOPOLÍTICA:
a MINUSTAH e o Hait após o terremoto de 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista -
UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Laércio Fidelis Dias

Marília
2026

C87ls Couto, Valentine Gabriel da Costa
Solidariedade humanitária e geopolítica : a
MINUSTAH e o Haiti após o terremoto de 2010 /
Valentine Gabriel da Costa Couto. -- Marília, 2026
33 p.: fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado -
Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Laércio Fidelis Dias

1. Geopolítica. 2. Ajuda Humanitária. 3. Relações
Internacionais. 4. Terremoto. 1. Título.

VALENTINE GABRIEL DA COSTA COUTO

**SOLIDARIEDADE HUMANITÁRIA E GEOPOLÍTICA:
a MINUSTAH e o Hait após o terremoto de 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Data da defesa: 09/12/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Laércio Fidelis Dias
UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

Profa. Dra. Mariana Moron Saes Braga
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Gabriel Cunha Salum
Faculdade de Direito da Alta Paulista/ Associação de Ensino Superior de Osvaldo Cruz – AESOC/ Pesquisador Unesp/Marília

RESUMO

O terremoto de 2010 expôs e aprofundou a fragilidade estrutural do Haiti, país historicamente marcado por colonização, dependência externa e instabilidade política. Neste contexto, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), presente desde 2004, teve seu papel substancialmente ampliado. Este artigo analisa como a missão articulou solidariedade humanitária e interesses geopolíticos após o desastre. Utilizando método analítico-descritivo, reconstrói-se o percurso histórico haitiano, descrevem-se as transformações operacionais da MINUSTAH e examinam-se controvérsias como denúncias de abusos, imposição de modelos de governança externa e debates sobre soberania. Conclui-se que a missão operou em um espaço híbrido entre ajuda humanitária e lógica geopolítica, produzindo avanços e tensões simultâneos

Palavras-chave: MINUSTAH; geopolítica; ajuda humanitária; relações internacionais; terremoto.

ABSTRACT

The 2010 earthquake exposed and deepened the structural fragility of Haiti, a country historically marked by colonization, external dependence, and political instability. In this context, the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), present since 2004, had its role substantially expanded. This article analyzes how the mission articulated humanitarian solidarity and geopolitical interests after the disaster. Using an analytical-descriptive method, it reconstructs Haiti's historical trajectory, describes the operational transformations of MINUSTAH, and examines controversies such as allegations of abuse, the imposition of external governance models, and debates on sovereignty. It concludes that the mission operated in a hybrid space between humanitarian aid and geopolitical logic, producing simultaneous advances and tensions..

Keywords: MINUSTAH; geopolitics; humanitarian assistance; international relations; earthquakes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTO HISTÓRICO DO HAITI: INSTABILIDADE ESTRUTURAL PROFUNDA	8
3 O TERREMOTO DE 2010	16
4 A MINUSTAH	21
4.1 A MINUSTAH ANTES DE 2010: CRIAÇÃO E ATUAÇÃO	18
4.2 A MINUSTAH APÓS 2010: MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES	25
5. DISCUSSÃO: ENTRE A AJUDA HUMANITÁRIA E A LÓGICA GEOPOLÍTICA	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	36

1. Introdução

A trajetória do Haiti, primeira nação independente das Américas e primeira República Negra do mundo, foi profundamente moldada por uma colonização violenta, por uma revolução de escravizados e por sucessivas intervenções estrangeiras. Esses processos deixaram como legado uma condição duradoura de dependência externa, vulnerabilidade e instabilidade política, econômica e social, que se consolidou ao longo dos séculos como um problema estrutural. Embora essa fragilidade histórica tenha raízes no período colonial, iniciado no século XV, ela se intensificou de maneira significativa entre as décadas de 1980 e 2000, marcadas por crises políticas, golpes de Estado, ondas de violência e disputas pelo poder. Nesse contexto, em 2004, foi criada a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), com o objetivo de restaurar a paz e apoiar o fortalecimento institucional, atuando nas áreas de segurança e governança antes mesmo do terremoto de 2010.

Em 12 de janeiro daquele ano, o Haiti foi atingido por um dos desastres humanitários mais devastadores do século XXI. O colapso de Porto Príncipe evidenciou não apenas a intensidade do evento geológico, mas também a vulnerabilidade de um Estado enfraquecido por séculos de desigualdade, instabilidade e ausência de infraestrutura adequada. A destruição de edifícios públicos, hospitais, escolas e órgãos governamentais aprofundou a crise humanitária e mobilizou uma resposta internacional sem precedentes. Nesse cenário, a MINUSTAH assumiu funções emergenciais que ultrapassaram seu mandato original, concentrando esforços na coordenação humanitária, na manutenção da segurança e no apoio à reconstrução institucional.

Assim, embora a missão tenha desempenhado papel relevante nos esforços de resposta e reconstrução, sua atuação no pós-terremoto reacendeu debates acadêmicos e políticos sobre os limites entre solidariedade humanitária e interesses geopolíticos em operações de paz. A MINUSTAH coordenou resgates, apoiou distribuições de ajuda, articulou logística internacional e deu suporte ao governo haitiano, mas, simultaneamente, enfrentou controvérsias significativas, como denúncias de abuso sexual por parte de peacekeepers e a epidemia de cólera associada às tropas nepalesas, além de críticas à imposição de modelos de governança frequentemente desconectados das demandas e da participação da sociedade haitiana. Diante disso, emerge a questão central deste trabalho: de que forma a MINUSTAH articulou solidariedade humanitária e interesses geopolíticos no Haiti após o terremoto de 2010?

Com base nessa problemática, o presente artigo analisa tanto o papel quanto os efeitos da missão no Haiti, incluindo os resultados alcançados e as controvérsias que marcaram sua atuação no pós-desastre. Parte-se da hipótese de que a MINUSTAH combinou simultaneamente componentes de assistência humanitária e objetivos estratégicos de Estados e organismos internacionais envolvidos, produzindo impactos ambíguos sobre a soberania haitiana, a legitimidade da missão e o processo de reconstrução do país.

A pesquisa adota o método analítico-descritivo: analítico, ao interpretar os fatos, identificar conexões e contradições e discutir implicações políticas e institucionais; e descritivo, ao sistematizar eventos com base em documentos oficiais, relatórios da ONU e bibliografia crítica. Esse método permite reconstruir o percurso histórico do Haiti, apresentar a origem e o desenvolvimento da MINUSTAH, descrever de forma objetiva o terremoto de 2010 e, a partir desse panorama, analisar como dimensões institucionais, políticas, humanitárias e geopolíticas se articularam no interior da missão. Utilizando bases como Google Acadêmico, JSTOR e ResearchGate, a partir de operadores booleanos como “Haiti and MINUSTAH”, “MINUSTAH and Earthquake” e “Haiti and 2010 and MINUSTAH”, foi possível reunir bibliografia específica sobre o recorte temporal. O estudo mobiliza documentos oficiais, relatórios da ONU, literatura acadêmica especializada e pesquisas empíricas sobre percepções haitianas.

O artigo organiza-se em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção reconstrói o contexto histórico haitiano até 2010, evidenciando a formação de sua instabilidade estrutural. Para essa análise, utilizou-se o livro de Steeve Coupeau, *A História do Haiti*, cuja abordagem detalhada, factual e metodologicamente consistente se mostrou suficiente para a construção do tópico, sem ser necessário recorrer a outras referências. A terceira seção descreve o terremoto de 2010 e seus principais impactos humanos, materiais e institucionais. A quarta está dividida em dois subtópicos: o primeiro apresenta a origem e a atuação da MINUSTAH antes de 2010; o segundo examina as mudanças na missão após o terremoto, especialmente a readequação do mandato e a emergência de novos desafios operacionais. A quinta seção discute criticamente a MINUSTAH à luz da literatura, situando-a entre solidariedade humanitária e geopolítica. Por fim, a conclusão sintetiza os achados e apresenta considerações finais sobre os dilemas observados na experiência haitiana.

2. Contexto histórico do Haiti: instabilidade estrutural profunda

Entender o Haiti contemporâneo exige revisitar uma trajetória marcada por libertação, punição e resistência. Desde os primórdios de sua história, o país vivenciou uma colonização

violenta, pautada na exploração do território e na escravização de povos africanos e originários. As sucessivas revoltas de pessoas escravizadas culminaram na luta pela independência e na fundação da primeira república negra do mundo, em 1804. Contudo, a posição geopolítica vulnerável e os interesses externos tornaram o Haiti suscetível a ocupações estrangeiras e a regimes autoritários voltados à obtenção de lucro e vantagens econômicas. Assim, a consolidação de um Estado soberano e capaz de atender às demandas da população ocorreu de forma instável e foi constantemente interrompida por crises políticas e econômicas que contribuíram para a fragilidade estrutural que o país enfrenta até os dias atuais.

Para compreender a formação dessas dinâmicas históricas, este tópico apresenta os períodos iniciais de ocupação do território haitiano, evidenciando como a colonização europeia moldou os alicerces da sociedade e do Estado que se consolidariam nos séculos seguintes.

Em 1492, Cristóvão Colombo desembarcou no território que futuramente se tornaria o Haiti, encontrando as tribos indígenas Taino e Ciboney, que já habitavam a ilha, chamada por eles de Quisqueya. Representando a Espanha, Colombo tomou posse do território e o nomeou *Hispaniola*. Em busca de riquezas, os espanhóis iniciaram a exploração do território e, de forma tirânica, impuseram o trabalho forçado aos povos nativos. Esse sistema resultou na morte de cerca de 12 a 20 milhões de indígenas, vítimas de assassinatos e de doenças trazidas pelos colonizadores, como a varíola (Coupeau, 2008, p. 15).

Diante da drástica redução da população indígena, os colonizadores recorreram à importação de pessoas escravizadas da África para substituir a mão de obra nativa em declínio. Esses trabalhadores foram empregados nas minas de ouro e nas plantações agrícolas da ilha. No entanto, por volta de 1570, a extração mineral e as atividades agrícolas já apresentavam queda significativa de produtividade, levando os espanhóis a redirecionar seus interesses para outras colônias americanas. A Hispaniola, então, permaneceu vulnerável à ocupação de outros grupos, como os britânicos e os *buccaneers* franceses, que eram piratas e corsários que passaram a atuar na região (History [...], c2025).

Com o passar dos anos, a presença francesa tornou-se cada vez mais expressiva, o que despertou o interesse político da metrópole. Por meio de disputas e conflitos, os franceses conquistaram gradualmente as áreas anteriormente controladas pelos espanhóis. Essa ocupação foi formalizada com o Tratado de Ryswick (1697), no qual o rei Luís XIV garantiu à França o domínio legal da porção ocidental de Hispaniola, que passou a ser chamada de *Saint-Domingue* (Coupeau, 2008, p. 17). De acordo com o autor: “A colônia de

Saint-Domingue representava, aos olhos da França metropolitana, um valor puramente econômico. As plantações exportavam seus produtos agrícolas por meio de portos para a França e, em troca, recebiam mercadorias, produtos manufaturados e maquinários.” (Coupeau, 2008, p. 17, tradução própria). Ainda sustentada pelo trabalho escravo, a colônia expandiu suas plantações de cana-de-açúcar e café, tornando-se a mais próspera e lucrativa possessão da França no século XVIII.

Inspirados pelos ideais da Revolução Francesa, os escravizados libertos e negros livres (tanto ricos como pobres), conhecidos como *Affranchis*, passaram a lutar por igualdade em uma sociedade rigidamente estratificada e marcada pela segregação racial, na qual pessoas negras eram privadas de poder e direitos. Apesar da resistência, a elite branca dominante negava-lhes qualquer reconhecimento. Diante disso, os *Affranchis* se uniram aos escravizados e organizaram um exército revolucionário para expulsar o domínio francês (Coupeau, 2008, p. 19-21). Em resposta, em 1792, a Assembleia Legislativa da França aprovou a igualdade de direitos para todos os homens e, em 1794, decretou a abolição da escravidão em seus territórios coloniais.

Insatisfeitos com essas medidas, os proprietários de terras apelaram à Inglaterra, que invadiu a capital da ilha com o objetivo de restaurar a escravidão. No entanto, as forças negras resistiram e, ao final dos confrontos, a revolução resultou na derrota e quase dizimação dos ingleses (Coupeau, 2008, p. 24-25). Essa luta inaugurou uma guerra de libertação longa e sangrenta, que enfraqueceu os exércitos europeus e consolidou a força dos insurgentes haitianos.

Ainda tentando restabelecer o controle sobre o território, e com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder na França, foi enviada, em 1802, uma expedição militar a *Saint-Domingue* com o intuito de restaurar a soberania francesa, reprimir a revolta dos negros, reinstaurar a escravidão e consolidar um governo militar (Coupeau, 2008, p. 31-32). O principal alvo da operação era o líder do movimento negro, Toussaint Louverture, que acabou sendo capturado e deportado para a França, onde morreu em prisão. Contudo, sua captura não deteve o movimento: pelo contrário, intensificou a resistência. Como observa Coupeau (2008, p. 33, tradução própria):

Somente com o estabelecimento de uma aliança revolucionária em 1803, que impôs uma unidade étnica, todas as forças se uniram para alcançar a liberdade geral. De certa forma, a expedição [francesa] e a crueldade da repressão francesa serviram para galvanizar as forças locais e criar temporariamente uma unidade necessária que deu origem à nação haitiana. Nesse sentido, a expedição não alcançou os resultados esperados e, em vez disso, produziu uma aliança entre forças e categorias sociais divergentes para lutar pela constituição de um Estado-nação.

Sob nova liderança, o movimento negro continuou sua luta pela libertação. Jean-

Jacques Dessalines foi nomeado general do exército haitiano em 1803 e aliou-se à Inglaterra, que forneceu armas e apoio naval aos insurgentes. O levante destruiu plantações e engenhos de açúcar, eliminando grande parte dos colonizadores franceses. O resultado foi a proclamação oficial da independência de *Saint-Domingue* em 1º de janeiro de 1804, com a adoção do nome *Haiti* — a primeira nação negra independente do mundo e a primeira república livre do hemisfério ocidental (Coupeau, 2008, p. 34). Nas palavras de Coupeau: “As forças locais foram unidas pela repressão cega exercida pelas tropas francesas. A intervenção francesa provocou a resistência de todo um povo, que finalmente consolidou sua independência e soberania” (2008, p. 33).

A partir de então, iniciou-se o processo de criação e consolidação do Estado haitiano. Dessalines assumiu a liderança política do território, fundamentando seu governo nos princípios de dignidade negra e igualdade racial. No entanto, o novo país enfrentou consideráveis barreiras econômicas e políticas em seu processo de estabilização (Coupeau, 2008, p. 34). Temendo que o exemplo haitiano inspirasse outras colônias escravistas, as grandes potências se recusaram a reconhecer a independência do Haiti.

Para evitar o retorno da escravidão e novas intervenções estrangeiras, Dessalines centralizou o poder e nacionalizou propriedades, estabelecendo um governo autoritário. Implementou também um sistema de produção agrícola forçada, que obrigava trabalhadores libertos a permanecer nas plantações com o objetivo de reativar a economia açucareira. Essas medidas geraram forte oposição entre as elites, resultando em seu assassinato em 1806. Após sua morte, o país foi dividido em duas regiões: uma república liderada por Alexandre Pétion, no Sul, e uma monarquia, comandada por Henri Christophe, ao Norte.

No período pós-independência (1806-1820), formou-se uma nova elite dominante, composta por descendentes dos antigos mulatos livres e por oficiais militares da revolução, que se apropriaram das terras mais férteis e concentraram o poder político e econômico (Coupeau, 2008, p. 42). A produção agrícola ficou a cargo do campesinato, que se consolidou entre 1804 e 1850. Com o declínio da economia açucareira, altamente dependente de trabalho intensivo, os camponeses optaram por estabelecer pequenas propriedades familiares nas montanhas, dedicadas ao cultivo de produtos de subsistência e, sobretudo, café, que se tornou o principal item de exportação haitiano ao longo do século XIX (Coupeau, 2008, p. 42–45).

Em 1821, Jean-Pierre Boyer unificou o território haitiano e iniciou negociações com a França para o reconhecimento formal da independência. O acordo foi firmado apenas em 1825, quando a França reconheceu a soberania haitiana mediante o pagamento de uma indenização de 150 milhões de francos, destinada a compensar as perdas dos antigos colonos.

De acordo com o *Haitian Support Group*, por volta de 1900 o Haiti destinava cerca de 80% de sua receita nacional ao pagamento dessa dívida, o que limitou profundamente seu desenvolvimento econômico. A dívida foi completamente quitada apenas em 1947, mas seu pagamento foi financiado por empréstimos externos, criando novas obrigações financeiras e perpetuando a dependência econômica haitiana (History [...], c2025).

Após a unificação sob Jean-Pierre Boyer, a partir de 1820, o Haiti passou por um período de forte regionalismo e descentralização, no qual grupos locais controlavam o comércio interno e externo, reduzindo a autoridade central de Porto Príncipe. A queda de Boyer, em 1843, resultou da aliança entre uma ala liberal da elite do sul e movimentos camponeses. Nesse contexto, foi elaborado o Manifesto de Praslin, que exigia um plano de educação pública e desenvolvimento econômico, influenciando diretamente a Constituição Liberal de 1843, responsável por abrir caminho para um governo civil.

A partir desse momento e até 1915, o país foi marcado por uma grande instabilidade política: teve 22 presidentes, dos quais apenas 11 completaram um ano de mandato, evidenciando a fragilidade institucional e a incapacidade dos governos em conter opositores (Coupeau, 2008, p. 61). Além disso, o Haiti viveu conflitos entre exércitos regionais negros e o governo central mulato, que resultaram em rebeliões, golpes, violência civil e colapso econômico. A economia manteve-se frágil, baseada na agricultura de subsistência e na exportação de café.

Na tentativa de reduzir a dependência em relação a comerciantes estrangeiros, o país buscou criar um banco nacional. Contudo, sem recursos suficientes para financiá-lo, o Estado recorreu à França, que, em 1880, criou o Banco Nacional do Haiti, controlado por capitais franceses e, posteriormente, norte-americanos, consolidando ainda mais a dependência econômica haitiana.

Como observa Coupeau:

“A segunda metade do século XIX testemunhou constantes conflitos políticos, com diversas facções políticas disputando o poder. Isso exacerbou a instabilidade, com escândalos políticos, crises constitucionais, golpes de Estado e sucessões de governos provisórios cada vez mais frequentes. Mudanças frequentes de regime significavam constantes trocas de indicados políticos e, portanto, instabilidade na política estatal. Por sua vez, decisões políticas instáveis aumentaram a incerteza dos investidores e, conseqüentemente, diminuíram os investimentos no país.” (2008, pg. 63)²

Essa instabilidade política, econômica e social levou a frequentes intervenções estrangeiras, sendo a mais marcante a ocupação norte-americana, iniciada em 1915. Na virada do século XX, comerciantes e banqueiros alemães haviam conquistado grande

² Tradução livre do livro “A História do Haiti” de Steeve Coupeau

influência no comércio externo haitiano e proximidade com o governo, enquanto os Estados Unidos perdiam espaço econômico e político. A presença alemã foi vista como uma ameaça à Doutrina Monroe e aos interesses comerciais norte-americanos, o que levou os EUA a intervir militarmente após o assassinato do presidente Vilbrun Guillaume Sam, em 1915, em meio a uma revolta popular. Oficialmente, a invasão foi justificada como uma ação para restaurar a estabilidade e proteger vidas e propriedades estrangeiras, mas, na prática, visava reafirmar o domínio norte-americano no Caribe e controlar o Banco Nacional do Haiti (Coupeau, 2008, p. 60–64).

Durante a ocupação, os Estados Unidos assumiram o controle das finanças públicas, obras e saúde, e impuseram um sistema político sob sua supervisão. Em 1918, um Conselho de Estado substituiu o Parlamento, e uma nova Constituição, redigida por Franklin D. Roosevelt, abriu oficialmente o país ao capital estrangeiro (Coupeau, 2008, p. 72). Grandes extensões de terras férteis foram concedidas a empresas norte-americanas para a produção de bens agrícolas estratégicos durante a Segunda Guerra Mundial (Coupeau, 2008, p. 74).

Apesar de promoverem reformas administrativas, modernização burocrática e melhorias em infraestrutura e saúde, os EUA mantiveram o controle político e militar direto sobre o país. A ocupação terminou oficialmente em 1934, sob o governo do presidente Sténio Vincent, mas o Haiti permaneceu economicamente dependente, com empresas norte-americanas controlando a produção agrícola e a riqueza concentrada nas mãos das elites (Coupeau, 2008, p. 74–77).

Como resultado, a ocupação norte-americana reforçou a centralização do poder em Porto Príncipe, ampliando desigualdades regionais e a pobreza rural. O exército, criado e treinado pelos EUA, tornou-se o principal ator político, controlando o acesso ao poder e realizando golpes sucessivos, o que levou à militarização da política haitiana (Coupeau, 2008, p. 87). Apesar de breves períodos de crescimento econômico nos governos de Estimé e Magloire, o país manteve a dependência externa e a instabilidade social, com grande alternância entre presidentes civis e militares, contexto que favoreceu a ascensão de François “Papa Doc” Duvalier em 1957, consolidando uma nova era autoritária.

François Duvalier, médico e ex-ministro da saúde, foi eleito com apoio da classe média negra e do movimento indigenista, que reivindicavam maior representatividade política. Explorando as tensões raciais entre negros e mulatos, apresentou-se como defensor da maioria negra e da igualdade racial. No entanto, após assumir o poder, instaurou uma ditadura personalista, sustentada por um círculo restrito de proprietários rurais e comerciantes, e marcada pela repressão violenta a opositores (Coupeau, 2008, p. 94).

Durante seu governo, Duvalier criou o Partido da Unidade Nacional, tornando-o o único partido legal do país, e restringiu toda atividade política independente. Para garantir seu controle, além de submeter o exército, fundou a milícia Tonton Macoute, responsável por perseguições, torturas e execuções. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas foram assassinadas durante o regime. A ditadura de Duvalier permaneceu impune internacionalmente, sobretudo pelo apoio dos Estados Unidos, que o viam como um aliado anticomunista estratégico no Caribe (Coupeau, 2008, p. 95).

Além da repressão física, Duvalier utilizou a religião como instrumento de dominação simbólica, apropriando-se do vodu para reforçar sua imagem de líder místico e paternal, o que lhe rendeu o apelido de *Papa Doc*. Paralelamente, reorganizou a elite econômica, concedendo monopólios e privilégios a aliados e estimulando o surgimento de uma burguesia negra urbana, ao mesmo tempo em que perseguiu intelectuais e a antiga elite mulata.

Posteriormente, em 1963, ele autoproclamou-se “presidente vitalício” e rompeu relações diplomáticas com os EUA, que suspenderam a ajuda financeira na tentativa de derrubar o seu governo. Isso marcou o fim das relações diplomáticas entre EUA e Haiti. Após alguns anos. Contudo, em 1969, o governo de Richard Nixon restabeleceu o apoio militar, priorizando a estabilidade regional (Coupeau, 2008, p. 98). Nesse período, o regime respondeu a tentativas de invasão de exilados com massacres, como o das *Vésperas de Jérémie*, em que famílias inteiras foram executadas.

Com sua morte, em 1971, o poder foi transferido a seu filho, Jean-Claude Duvalier, conhecido como *Baby Doc*, que manteve o título de presidente vitalício. Seu governo buscou reaproximação com os Estados Unidos e tentou atrair investimentos estrangeiros, promovendo uma abertura econômica voltada ao turismo e à indústria leve. No entanto, durante as décadas de 1970 e 1980, o Haiti enfrentou grave crise econômica, inflação, queda nas exportações e altos níveis de corrupção. A epidemia que dizimou milhões de porcos, base da economia rural, agravou a fome e a miséria (Coupeau, 2008, p. 104-106).

O regime de *Baby Doc* mostrou-se incapaz de garantir prosperidade econômica e liberdade política. A repressão, o desemprego e o empobrecimento estimularam ondas de protestos em 1984–1985, apoiadas por estudantes, sindicatos, imprensa e Igreja Católica. Sem o apoio popular, das elites e dos Estados Unidos, Jean-Claude Duvalier fugiu para a França em 1986, encerrando 29 anos de ditadura familiar e abrindo o caminho para uma nova fase de transição democrática no Haiti (Coupeau, 2008, p. 106).

Mesmo após a saída de Duvalier do poder, a economia haitiana permaneceu frágil e dependente de importações e de capital estrangeiro, mantendo o país em uma situação de

vulnerabilidade, desigualdade e miséria. Foi instalado o Conselho Nacional de Governo (CNG), com a promessa de restaurar a democracia e, em 1987, foi redigida e aprovada uma nova Constituição pela Assembleia Constituinte. O texto constitucional garantiu liberdades fundamentais, separação dos poderes e um regime semi-parlamentar, além de prever a descentralização política por meio da criação de assembleias locais.

Ainda assim, os militares buscaram frear o processo de democratização, interferindo nas eleições de 1987 e colocando novamente o Haiti em um ciclo de fragmentação partidária, golpes e governos provisórios, o que impediu a consolidação política e manteve o Estado fragilizado (Coupeau, 2008, p. 112).

Nesse contexto, emergiram novos movimentos populares e religiosos, que se fortaleceram ao longo da década de 1980. Esse cenário abriu caminho para a ascensão do padre Jean-Bertrand Aristide, conhecido por sua oposição à elite econômica e aos militares e por sua defesa dos pobres e excluídos. Aristide pregava justiça social, igualdade e o fim da repressão, ideias que ecoavam entre as massas urbanas e camponesas exaustas após décadas de autoritarismo (Coupeau, 2008, p. 113).

Com a pressão popular por eleições livres, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) organizou o pleito de dezembro de 1990, supervisionado por observadores internacionais. Aristide venceu com 87% dos votos, tornando-se o primeiro presidente eleito democraticamente do Haiti. Durante seu governo, tentou modernizar a economia e ampliar a arrecadação, aumentando impostos sobre as elites e empresas. No entanto, como destaca Coupeau (2008, p. 113), “tornou-se evidente que o governo de Aristide era limitado em sua capacidade de promover mudanças estruturais na distribuição de poder, devido à dependência do Haiti em relação à economia capitalista mundial”. As medidas provocaram grande descontentamento entre as elites e os militares, culminando em um golpe de Estado em 1991.

A ruptura foi amplamente condenada pela comunidade internacional: os Estados Unidos suspenderam a ajuda econômica, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) impuseram sanções e embargos em tentativa de restaurar a ordem constitucional. O governo golpista agravou o déficit e a inflação, intensificando a repressão política. Em 1994, após pressões internacionais e com autorização da ONU, os EUA intervieram militarmente, forçando a saída dos militares e restaurando Aristide ao poder (Coupeau, 2008, p. 117–119).

De volta ao governo, Aristide comprometeu-se a implementar reformas de mercado e privatizações, reduzindo tarifas de importação e tornando o país altamente dependente da ajuda externa e das ONGs internacionais. No entanto, ao favorecer o comércio exterior em

detrimento da produção nacional, a pobreza persistiu, e novas ondas migratórias se intensificaram. Em meio a denúncias de corrupção e divisões políticas internas, Aristide enfrentou forte oposição. Em 1995, as eleições levaram René Préval ao poder, marcando a primeira transição pacífica da história do Haiti. Seu governo (1996–2000) implementou privatizações e uma reforma agrária limitada, mas as medidas foram criticadas por falta de transparência e por favorecer investidores estrangeiros (Coupeau, 2008, p. 136–139). A instabilidade política e institucional persistiu, e as eleições de 2000 reconduziram Aristide ao poder, em meio a denúncias de fraude, isolamento internacional e agravamento da crise social. Segundo Coupeau (2008), o Estado haitiano manteve-se frágil e excludente, incapaz de promover desenvolvimento e justiça social.

A partir de 2001, o governo de Aristide assumiu um caráter autoritário, marcado pelo uso de milícias e pela repressão a opositores, culminando em sua queda em 2004, após um levante armado liderado por Guy Philippe. A crise levou à formação de um governo de transição sob Gérard Latortue, apoiado pela CARICOM, ONU e Estados Unidos, e à criação da MINUSTAH, missão de estabilização da ONU com forte presença brasileira, sob o argumento de restaurar a ordem e promover ajuda humanitária.

Durante o segundo governo de René Préval (2006–2011), a segurança pública tornou-se o principal desafio. O país enfrentou gangues armadas, tráfico de drogas e sequestros, especialmente em Cité Soleil, refletindo a perda do monopólio da força pelo Estado. A Polícia Nacional Haitiana era fraca e mal equipada e, apesar do apoio dos EUA e da autorização para compra de armas, o governo não conseguiu conter a violência sem políticas sociais e de emprego (Coupeau, 2008, p. 141–142).

Assim, o contexto histórico do Haiti consolidou uma instabilidade estrutural profunda. A turbulenta transição da colonização à independência, a indenização imposta pela França e os sucessivos golpes de Estado comprometeram o desenvolvimento econômico e político do país. As constantes intervenções estrangeiras, ditaduras e governos autoritários dificultaram a consolidação de um Estado capaz de garantir direitos e promover o bem-estar coletivo. O setor público permaneceu ineficiente e excludente, os investimentos em saúde e educação foram insuficientes, e a pobreza tornou-se uma marca estrutural da sociedade haitiana. Dessa forma, a fragilidade institucional e socioeconômica do Haiti criou as condições que tornaram o país vulnerável a crises políticas, humanitárias e a novas ocupações internacionais.

3. O terremoto de 2010

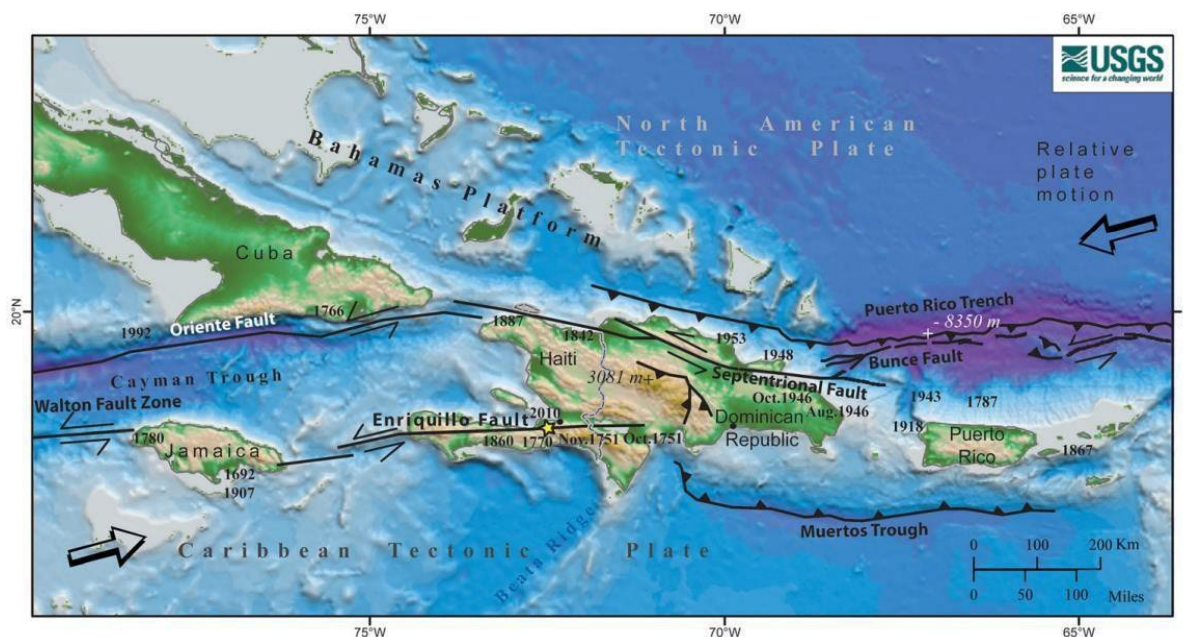
Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti viu ruir não apenas suas construções, mas também as frágeis estruturas de um Estado historicamente marcado por exploração, desigualdade e

instabilidade. O terremoto que devastou Porto Príncipe revelou de forma brutal a vulnerabilidade de um país que, antes mesmo do desastre, já enfrentava profundas crises sociais e econômicas. Considerando o contexto histórico do Haiti, compreende-se que o desastre não foi apenas natural, mas também político e estrutural, resultado de séculos de fragilização institucional e dependência externa. Em poucas horas, o que restava das instituições públicas colapsou, e milhões de haitianos foram deixados à mercê de uma crise humanitária sem precedentes, um cenário que mobilizou o mundo e redefiniu o papel da solidariedade internacional no país.

Nesse cenário, o abalo sísmico de magnitude 7,0, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, às 16h53 (horário local), a apenas 25 quilômetros da capital, Porto Príncipe, agravou de forma extrema as condições de vida da população e expôs a incapacidade do Estado de responder à tragédia. O foco do abalo, localizado a cerca de 13 quilômetros de profundidade, contribuiu para a intensidade da destruição por estar próximo à superfície, e diversos tremores secundários, com magnitudes entre 5,0 e 5,9, continuaram a atingir o país nos dias seguintes.

O Haiti está situado sobre a fronteira entre as placas tectônicas do Caribe e da América do Norte, uma região marcada por sistemas de falhas geológicas que se movem cerca de 20 milímetros por ano, com a Placa do Caribe se movendo para leste em relação à Placa da América do Norte e acumulando energia ao longo do tempo. Inicialmente, os geólogos atribuíram o sismo à falha Enriquillo–Plantain Garden, no sul do país, mas, como não houve rompimento da superfície daquela região, estudos posteriores identificaram a falha de *Léogâne*, uma falha cega (*blind thrust fault*) localizada sob a cidade de mesmo nome, como principal responsável pelo evento, que é mais profunda. O terremoto resultou, portanto, de um complexo sistema de falhas interligadas, que combinou movimentos horizontais e compressivos, refletindo a vulnerabilidade sísmica estrutural do território haitiano (USGS, 2010; Pallardy, 2025; Desroches *et al.*, 2011).

Figura 1. Representação das placas tectônicas próximas ao Haiti



Fonte: USGS (.gov), Overview of the 2010 Haiti Earthquake

Os tremores foram sentidos também na República Dominicana, em partes de Cuba, Jamaica e em Porto Rico, mas o Haiti, e especialmente sua capital, Porto Príncipe, foi o mais devastado. Estima-se que cerca de 300 mil pessoas tenham morrido, embora os números exatos nunca tenham sido confirmados devido à dificuldade de obtenção de dados durante a catástrofe. Outras centenas de milhares ficaram feridas, configurando uma das maiores tragédias humanitárias do século XXI. Além disso, cerca de 1,5 milhão de pessoas ficaram desabrigadas. Ou seja, aproximadamente 3 milhões foram afetadas como um todo, quase um terço da população nacional.

Segundo o especialista do Departamento de Mecânica Aplicada e Estruturas da Coppe/UFRJ, Eduardo Batista, o alto grau de destruição foi consequência direta da fragilidade estrutural das construções haitianas, que careciam de reforços sísmicos (Pallardy, 2025; Góes, 2010). Em Porto Príncipe, o Palácio Presidencial, a Catedral, a sede das Nações Unidas, escolas, hospitais e instituições do governo foram devastados. Até mesmo a principal penitenciária desabou, provocando a fuga de diversos criminosos. Como observa Pallardy (2025), “a cidade, já marcada por infraestrutura precária e ainda se recuperando de tempestades e furacões de 2008, estava totalmente despreparada para lidar com um desastre dessa magnitude.”

Diante do colapso das instituições, Estados e organizações internacionais se mobilizaram para enviar alimentos, água, equipes médicas e missões de resgate. No entanto, a destruição generalizada e a queda do sistema elétrico dificultaram as comunicações e os

transportes, atrasando a chegada de suprimentos. A internet e as redes sociais tornaram-se, então, meios essenciais para a comunicação e organização da ajuda, servindo para localizar desaparecidos e coordenar doações.

Nos dias seguintes, a escassez de recursos gerou saques e caos urbano. Hospitais superlotados e a falta de profissionais impediram o atendimento a milhares de feridos. O governo iniciou programas de realocação de desabrigados, que passaram a viver em campos de refugiados improvisados, feitos de lonas e tendas frágeis. Com a aproximação da estação chuvosa, agências humanitárias incentivaram a construção de moradias provisórias com madeira e chapas metálicas, mas a maioria permaneceu em abrigos precários.

Para piorar, em outubro de 2010, surgiu uma epidemia de cólera, causada pela contaminação do principal rio haitiano com fezes infectadas. Relatórios apontaram que a origem foi um acampamento de soldados nepaleses da ONU. Em meio à falta de saneamento e infraestrutura médica, milhares foram infectados e, até 2016, cerca de 9 mil pessoas morreram.

Nesse contexto, em 2011, organizações processaram a ONU exigindo que assumisse responsabilidade, criasse sistemas de saneamento e indenizasse as vítimas. A organização recusou alegando imunidade legal, mas anunciou um programa de erradicação da cólera em parceria com Haiti e República Dominicana. Apenas em 2016, após fortes críticas, a ONU reconheceu ter tido um papel na origem da epidemia, embora sem admitir culpa direta, prometendo apenas reparações morais.

Dois anos após o desastre, 2012, metade dos escombros de Porto Príncipe ainda não havia sido removida, e mais de 500 mil pessoas continuavam vivendo em tendas deterioradas. Programas internacionais, como o patrocinado pelo Canadá em 2012, começaram a oferecer subsídios para aluguel e reconstrução de casas, reduzindo gradualmente o número de desabrigados, embora centenas de acampamentos ainda existissem. Muitos haitianos, no entanto, migraram para favelas já existentes ou residências danificadas, e a reconstrução foi dificultada pela resistência dos moradores em abandonar prédios condenados e pela falta de recursos públicos.

A mobilização internacional para ajudar o Haiti foi intensa: ONU, Cruz Vermelha Internacional e dezenas de países enviaram equipes de resgate, suprimentos e médicos. Entretanto, a reconstrução revelou-se caótica e ineficiente. O primeiro-ministro haitiano, Jean- Max Bellerive, afirmou que muitas ONGs estrangeiras não prestavam contas de seus gastos, o que dificultava a coordenação com o governo (Pallardy, 2010). As próprias organizações, por sua vez, sofriam com burocracias internas e falta de comunicação.

Foram realizadas campanhas de arrecadação mundial, como doações por celular e o teleton de Wyclef Jean e George Clooney³, que arrecadou mais de US\$60 milhões. Apesar do perdão de parte da dívida haitiana por FMI, Banco Mundial e países do G7, e das promessas de US\$9,9 bilhões em doações na conferência da ONU, menos da metade dos fundos foi efetivamente recebida (US\$4,5 bilhões) e, desse valor, pouco mais de 10% foi destinado à infraestrutura.

A Interim Haiti Recovery Commission⁴, criada para gerir os recursos sob comando de Bill Clinton e Jean-Max Bellerive, teve poucos resultados concretos antes de encerrar suas atividades. Como mostra Pallardy (2025):

“Dois anos após o terremoto, promessas no valor de vários milhões de dólares foram retiradas por vários doadores (uma medida permitida pelas diretrizes da conferência de doadores). Dos US\$ 4,5 bilhões restantes prometidos para o período inicial de recuperação de dois anos, pouco mais da metade foi recebida pelo fundo de recuperação e desembolsada.”

Relatórios posteriores confirmaram falhas graves: a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)⁵ gastou apenas um terço dos US\$1,14 bilhões destinados pelo Congresso dos EUA, e a maioria dos contratos foi entregue a empresas estrangeiras. Em 2015, uma investigação da *ProPublica*⁶ e da National Public Radio (*NPR*) revelou que a Cruz Vermelha prometera moradia a 132 mil haitianos, mas construiu apenas seis casas permanentes, desviando grande parte dos recursos para despesas administrativas. Diante das críticas, os EUA aprovaram, em 2014, o *Assessing Progress in Haiti Act*⁷, que exigia maior transparência e metas claras para a reconstrução.

Portanto, diante da destruição causada pelo terremoto e do colapso das instituições haitianas, a comunidade internacional intensificou sua presença no país, e é inegável que a ajuda humanitária foi fundamental para os primeiros esforços de recuperação. No entanto, a fragilidade estrutural do Estado haitiano e sua dependência de assistência externa abriram espaço para a atuação de múltiplos atores internacionais, nem sempre guiados apenas por

³ Evento beneficente realizado em Los Angeles, com nome oficial de “Hope for Haiti Now: a Global benefit for earthquake relief”. Foi televisionado para espectadores nos Estados Unidos, que podiam realizar doações por meio de telefonemas. O evento contou com presença e performances de celebridades como Alicia Keys, Jay-Z, Beyoncé e U2, além de discursos de Leonardo DiCaprio e Denzel Washington.

⁴ Uma parceria feita entre o governo do Haiti e doadores estrangeiros, criada para supervisionar a distribuição dos fundos arrecadados para a reconstrução do país, com Clinton e Bellerive como líderes. A comissão foi aprovada pelo parlamento haitiano em abril e seu mandato expirou em outubro.

⁵ “United States Agency for International Development, USAID.”

⁶ Plataforma sem fins lucrativos de jornalismo investigativo.

⁷ Lei criada pelos Estados Unidos que reforçou a importância da transparência, prestação de contas, democracia e boa governança como critérios para a concessão de ajuda ao Haiti. Ela determinou que o Departamento de Estado deveria apresentar relatórios anuais ao Congresso sobre o andamento da reconstrução e do desenvolvimento após o terremoto, exigindo também planos de ação, metas e estratégia para orientar a assistência. (UNITED STATES, *Assessing Progress in Haiti Act of 2014*)

motivações solidárias

Entre esses atores, destacou-se a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), criada em 2004 sob liderança brasileira, com o objetivo de restaurar a ordem e apoiar as instituições após a queda de Jean-Bertrand Aristide. Após o terremoto, a missão readequou suas funções, assumindo papel central na logística da ajuda humanitária, na manutenção da segurança e no apoio à reconstrução, em cooperação com ONGs e agências da ONU. Entretanto, sua presença prolongada reacendeu debates sobre soberania, dependência e os limites entre solidariedade humanitária e interesses geopolíticos.

4. A MINUSTAH

Como mencionado anteriormente, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) desempenhou um papel central na coordenação da ajuda humanitária e na manutenção da ordem após o terremoto de 2010. No entanto, sua presença no país remonta a 2004, quando foi criada com o objetivo de estabilizar o território haitiano em meio à crise política e institucional que se seguiu à queda do presidente Jean-Bertrand Aristide. Dessa forma, para compreender plenamente o papel da MINUSTAH durante e após o desastre de 2010, é necessário retomar o contexto de sua criação, seus objetivos iniciais e suas primeiras ações no Haiti. Em seguida, a presente seção analisará as mudanças em sua estrutura, estratégia e abordagem frente ao novo cenário humanitário instaurado pelo terremoto, bem como seus desdobramentos nos anos posteriores.

4.1 A MINUSTAH antes de 2010: criação e atuação

Ao longo de sua trajetória, o Haiti esteve sujeito a sucessivas ocupações, intervenções e missões internacionais, reflexo direto de sua fragilidade política, econômica e social. Antes da criação da MINUSTAH, outras missões da ONU haviam sido enviadas ao país, mas sem alcançar os resultados esperados, evidenciando as dificuldades estruturais do Estado haitiano.

Sendo assim, após a reeleição de Jean-Bertrand Aristide, em 2001, em meio a denúncias de fraude eleitoral, cresceu a oposição de amplos setores da sociedade, incluindo partidos políticos, empresários e parte da população, que exigiam sua renúncia. O país mergulhou novamente em uma intensa crise de instabilidade política, marcada pela deterioração das instituições públicas e pela escalada da violência. A escassez de recursos da Polícia Nacional Haitiana (PNH) impedia o controle da situação, levando a um colapso institucional generalizado (Corbellini, 2009, p. 100).

Em fevereiro de 2004, a crise atingiu seu ápice quando irrompeu um levante armado na cidade de Gonaïves, que rapidamente se espalhou para outras regiões. Os rebeldes tomaram o controle do norte do país e avançaram em direção à capital. Diante da pressão interna e internacional, Aristide renunciou ao cargo em 29 de fevereiro e exilou-se na África do Sul (United Nations, [2012?]).

No mesmo dia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reuniu-se e concluiu que a situação no Haiti representava uma ameaça à paz e à segurança internacionais. Assim, aprovou a Resolução 1529, que autorizava a criação da Força Multinacional Interina (MIF), incumbida de apoiar a estabilização política, restabelecer a ordem e garantir a segurança no território haitiano por um período inicial de três meses. A força foi composta principalmente por contingentes do Canadá, Chile, Estados Unidos e França (United Nations, [2012?]).

Pouco depois, no dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança aprovou, de forma unânime, a Resolução 1542, que instituiu oficialmente a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A nova missão assumiu as funções da MIF a partir de 1º de junho de 2004, operando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Seu mandato previa restaurar a segurança, apoiar o processo político e fortalecer as instituições do Estado haitiano, com possibilidade de ajustes conforme a evolução da conjuntura.

A MINUSTAH foi autorizada a contar com 6.700 militares, 1.622 policiais, cerca de 550 civis internacionais, 150 voluntários da ONU e cerca de 1.000 funcionários locais, números que variaram ao longo dos anos conforme as necessidades do país (United Nations, [2012?]). Seu mandato baseava-se em três objetivos centrais: segurança, processo político e direitos humanos.

O primeiro objetivo estava relacionado à restauração da segurança e da estabilidade interna, com foco na supervisão da ordem pública durante o Governo de Transição (GT), assegurando e apoiando o GT na viabilização da consolidação democrática. Nesse sentido, a missão deveria auxiliar na reforma, reestruturação e fortalecimento da Polícia Nacional Haitiana (PNH); implementar programas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR); estabelecer o controle de armas e planos de segurança pública; reconstruir o sistema prisional e proteger civis sob risco de violência. Além disso, a missão deveria assegurar a manutenção da lei e da ordem, proteger instalações da ONU e garantir a segurança e liberdade de movimento de seus funcionários (Corbellini, 2009, p. 104-105).

Nos primeiros anos da missão, o avanço político não foi suficiente para conter facções armadas em Porto Príncipe, como Cité Soleil e Martissant, associadas ao crime organizado e ao tráfico de drogas. A fragilidade da PNH levou a MINUSTAH a adotar ações coercitivas

amparadas no Capítulo VII da Carta da ONU. Em 2007, com autorização do presidente René Préval, foi lançada a Operação Jauru Sudamericano, liderada pelo general brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz, que resultou na ocupação de Cité Soleil e na prisão de centenas de criminosos, restabelecendo parte da autoridade estatal.

No mesmo contexto, foi implementado o Plano de Reforma da PNH (2006), que previa seu treinamento, expansão e profissionalização com apoio técnico da ONU. Embora o efetivo e as condições de trabalho tenham melhorado, a instituição ainda enfrentava falta de recursos e denúncias de corrupção. Paralelamente, a MINUSTAH apoiou reformas no sistema judiciário e prisional, oferecendo assistência técnica e medidas para reduzir a superlotação carcerária. Entre 2004 e 2007, a estabilização política trouxe algum crescimento econômico, mas a pobreza e a desigualdade permaneceram elevadas. Em 2007, o governo, pressionado por doadores internacionais, lançou a Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza (DSNCRP), apoiada pela ONU e pelo Banco Mundial, cujos avanços foram limitados diante da dependência externa e das crises econômicas.

O segundo objetivo da MINUSTAH estava voltado à garantia da governança democrática e ao restabelecimento da legitimidade política do Estado haitiano, especialmente por meio da organização e do acompanhamento de eleições livres e seguras. O pleito eleitoral foi considerado essencial para encerrar o governo transitório e restaurar a estabilidade institucional. Assim, a missão deveria auxiliar o Governo de Transição na promoção da reconciliação nacional e no diálogo entre partidos, além de oferecer suporte técnico, logístico e administrativo para a realização de eleições municipais, parlamentares e presidenciais representativas e transparentes, garantindo a segurança de candidatos e eleitores (Corbellini, 2009, p. 105).

Entretanto, a condução das eleições enfrentou dificuldades técnicas, logísticas e de segurança, que resultaram no adiamento do pleito por quatro vezes ao longo de 2005. Havia problemas estruturais, como a falta de estradas e energia elétrica, o déficit de US\$22 milhões no orçamento eleitoral, e obstáculos legais, como a ausência de legislação sobre o financiamento público de partidos e disputas envolvendo a autoridade do Conselho Eleitoral Provisório. Além disso, o receio de ataques e a violência política representavam ameaças constantes: a sede do Conselho chegou a ser atacada duas vezes durante o início do registro de eleitores. (Corbellini, 2009, p. 115)

Para garantir a realização do processo, o Conselho de Segurança autorizou o aumento temporário do contingente da missão, que chegou a 7.500 militares e 1.897 policiais. A MINUSTAH também foi responsável por distribuir material eleitoral em mais de 9 mil locais

de votação e treinar milhares de supervisores e agentes eleitorais em todo o país. Um dos maiores êxitos da operação, em cooperação com a Organização dos Estados Americanos (OEA), foi o registro de mais de 3,5 milhões de eleitores, incluindo regiões de alta violência como Cité Soleil, símbolo dos esforços de pacificação e retorno da autoridade estatal. (Corbellini, 2009, p. 116-118)

As eleições de fevereiro de 2006 transcorreram com relativa tranquilidade, resultando na vitória de René Préval, em um processo considerado livre e legítimo pela comunidade internacional. O sucesso eleitoral marcou a primeira grande conquista da MINUSTAH e consolidou sua parceria com o novo governo. Contudo, as instituições haitianas continuaram frágeis e carentes de recursos (Corbellini, 2009, p. 119–120). A missão passou então a investir em projetos de fortalecimento institucional, assessorando o governo e o parlamento, promovendo capacitação de servidores e articulando a cooperação internacional (Torchiaro, 2007, *apud* Corbellini, 2009, p. 120).

Por fim, o terceiro objetivo da missão consistia em promover e proteger os direitos humanos e oferecer assistência humanitária no Haiti, com atenção especial a mulheres e crianças. Conforme foi divulgado pelo comunicado oficial de imprensa das Nações Unidas (2004), a MINUSTAH, juntamente com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos, também deveria monitorar e relatar descumprimentos do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, para que as medidas necessárias pudessem ser tomadas.

Corbellini (2009) observa que:

O enfoque é dado aos dois primeiros [objetivos], visto que as violações de direitos humanos são consequência da instabilidade política e da debilidade do setor de segurança do país. Há, ainda, um outro componente importante nas resoluções, qual seja a questão do desenvolvimento social e econômico – que, por sua vez, possui um aspecto humanitário relevante. (p. 106)

Entre os países participantes, destacaram-se dois grupos principais: o Core Group (Núcleo Central), formado por Canadá, Estados Unidos e França; e o grupo ABC, composto por Argentina, Brasil e Chile. O Core Group concentrava o poder político e financeiro da missão, atuando no apoio técnico e na cooperação para o fortalecimento institucional haitiano. Já o grupo ABC assumiu papel central na execução das operações de estabilização e segurança, simbolizando a presença latino-americana na missão.

O Brasil assumiu a liderança do comando militar da MINUSTAH; o Chile, o comando político, por meio do primeiro Representante Especial do Secretário-Geral; e a Argentina destacou-se no apoio à infraestrutura e à saúde pública.

A atuação brasileira, segundo Costa (2005), não buscava ganhos econômicos imediatos, uma vez que envolveria custos para o Estado brasileiro. A motivação principal era política: integrar a missão representava alinhamento aos objetivos da política externa brasileira, marcada pela busca de maior autonomia na cena internacional e pelo projeto de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (Costa, 2005, p. 99–100). Assim, a MINUSTAH constituía uma oportunidade estratégica de projeção internacional e liderança regional, além de potencialmente gerar ganhos indiretos ao fortalecer a posição brasileira em negociações multilaterais na América do Sul (Costa, 2005, p. 100).

A população haitiana, em geral, percebia o grupo ABC de forma mais positiva, associando-os à solidariedade regional e à ausência de um passado colonial direto, em contraste com as potências ocidentais, especialmente Estados Unidos e França, cujas intervenções anteriores evocavam memórias de dominação e exploração.

Como destaca Corbellini (2009):

“A aprovação da população em relação aos contingentes sul-americanos é significativa – em grande parte pelo papel decisivo desempenhado pelo comando militar brasileiro para o restabelecimento da paz e da segurança no país caribenho. [...] Aos demais países do Core Group, Canadá, Estados Unidos e França, cabe uma atuação destacada em outros quesitos, essencialmente de cooperação e desenvolvimento, por meio da prestação de auxílio técnico em diversas áreas de políticas públicas, com vistas ao fortalecimento institucional do Haiti, como será destacado a seguir.” (p. 111-112)

Dessa forma, nos primeiros anos de atividade, a MINUSTAH conseguiu promover mudanças relevantes e atingir seus objetivos iniciais de estabilização da segurança e organização do processo eleitoral. Segundo relatório do secretário-geral Ban Ki-moon, “existem razões substanciais para acreditar que o Haiti está se distanciando dos conflitos do passado e seguindo em direção a um futuro de desenvolvimento pacífico”, graças à atuação da missão (Nações Unidas, 2009). No entanto, o relatório alerta que, apesar dos progressos, eles ainda eram frágeis e sujeitos a retrocessos. Assim, em 13 de outubro de 2009, o mandato foi prorrogado por mais um ano, até 15 de outubro de 2010, para que a missão continuasse apoiando as autoridades haitianas em conjunto com a população.

4.2. A MINUSTAH após 2010: mudanças e adaptações

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 provocou efeitos imediatos e profundos sobre a estrutura institucional da MINUSTAH. A destruição de Porto Príncipe, a morte de altos funcionários da ONU (incluindo o Representante Especial do Secretário-Geral e um de seus

adjuntos⁸) e o colapso das capacidades logísticas e governamentais do Haiti transformaram rapidamente o papel da missão no país. Mesmo severamente atingida, a MINUSTAH conseguiu atuar nas primeiras horas após o desastre: liberou o principal acesso entre o aeroporto e o centro urbano, restabeleceu comunicações básicas e abriu suas instalações médicas para atender a população afetada (United Nations, 2010, pg. 2).

Diante desse cenário, o Conselho de Segurança da ONU adaptou o mandato da MINUSTAH para responder às novas necessidades de segurança, assistência humanitária e reconstrução nacional (Margesson e Taft-Morales, 2010, pg. 10). Em 19 de janeiro de 2010, aprovou a ampliação do contingente da missão, elevando o efetivo para 8.940 militares e 3.711 policiais, conforme relatam Margesson e Taft-Morales (2010, pg. 5). A medida buscou apoiar diretamente os esforços imediatos de recuperação, garantindo um ambiente seguro para operações humanitárias em grande escala. Nesse mesmo mês, a missão recebeu novas promessas de tropas e recursos, e foi criado um escritório de apoio da MINUSTAH em Santo Domingo, a fim de facilitar a coordenação civil-militar na República Dominicana, que se tornou um corredor logístico essencial após o desastre.

Na área logística, a MINUSTAH tornou-se um componente indispensável da resposta emergencial. A ONU acionou, a partir de Brindisi (Itália), estoques estratégicos destinados à recuperação operacional da missão e ao suporte de agências humanitárias. Em Porto Príncipe, a base logística da MINUSTAH converteu-se no principal centro de coordenação das operações internacionais (United Nations, 2010, pg. 7). Parte do pessoal precisou ser deslocada para um acampamento previamente preparado para tropas extras, enquanto uma rota terrestre com Santo Domingo e voos frequentes entre as duas cidades foram organizados para assegurar circulação contínua de equipes e suprimentos (United Nations, 2010, pg. 7).

Segundo Margesson e Taft-Morales (2010, pg. 6), a MINUSTAH passou então a atuar em três frentes principais no pós-desastre: operações de busca e resgate, garantia de segurança e assistência direta à população. Essas tarefas foram realizadas em cooperação estreita com as Forças Armadas dos Estados Unidos, que assinaram, em 22 de janeiro de 2010, um acordo formal com a MINUSTAH para coordenar os esforços internacionais de emergência e garantir que o governo haitiano permanecesse como autoridade central na resposta ao desastre. A coordenação civil-militar também foi fortalecida com a criação do Centro de Tarefas de Operações Conjuntas (JOTC)⁹, administrado pelo Escritório para a

⁸ Hédi Annabi era o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti e chefe da MINUSTAH, e Luiz Carlos da Costa era seu adjunto.

⁹ Joint Operations Tasking Centre (JOTC).

Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA)¹⁰, que iniciou suas atividades em 26 de janeiro de 2010, organizando operações logísticas e articulando ações entre atores humanitários e forças militares internacionais.

No terreno, o setor militar da MINUSTAH realizou operações de resgate, avaliação de danos, limpeza de vias essenciais e escolta de comboios humanitários. Com o envio de contingentes dos Estados Unidos, Canadá, Espanha, Itália e França, estabeleceu-se uma divisão funcional na qual a MINUSTAH priorizava a manutenção da segurança geral enquanto essas forças estrangeiras conduziam ações emergenciais em áreas como Léogâne, Jacmel e Porto Príncipe (United Nations, 2010, p. 8). Ao longo dos meses seguintes, novos reforços chegaram, incluindo um segundo batalhão brasileiro, engenheiros japoneses e sul-coreanos e unidades guatemaltecas de polícia militar, atingindo um total de 8.186 militares em abril de 2010. À medida que tropas externas foram reduzindo sua presença, especialmente a partir de março, a MINUSTAH reassumiu protagonismo na proteção de distribuições de alimentos, patrulhamento e preparação de terrenos para abrigar deslocados internos.

Além das mudanças operacionais, o terremoto transformou a composição e as prioridades internas da MINUSTAH. Conforme Greenburg (2013, p. 100), o mandato passou a enfatizar ainda mais o componente humanitário e de desenvolvimento, incorporando práticas associadas à reconstrução e ao apoio social. Embora o montante de tropas tenha sido reduzido posteriormente, seis companhias de engenharia militar permaneceram na missão, somando cerca de 1.300 militares entre os aproximadamente 7.000 soldados ativos em 2012. Nesse período, ampliaram-se também os Projetos de Impacto Rápido (QIPs)¹¹ e as iniciativas de coordenação civil-militar, frequentemente associadas a estratégia de “winning hearts and minds”¹² (Greenburg, 2013, p. 100), que passaram a caracterizar a atuação cotidiana da missão no Haiti pós-terremoto.

No campo policial, os ajustes foram igualmente relevantes. Com delegacias e arquivos destruídos, e parte da Polícia Nacional Haitiana (PNH) incapacitada, os policiais da ONU (828 indivíduos e 1.350 integrantes de unidades formadas em abril) assumiram tarefas de segurança pública. Entre as medidas adotadas estavam a proteção de instituições sensíveis (bancos, armazéns), o patrulhamento de campos de deslocados, o funcionamento de postos comunitários, muitos deles com presença feminina ampliada, e operações contínuas com a

¹⁰ Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)

¹¹ Quick Impact Projects.

¹² “Conquistando corações e mentes”, que busca tentar gerar percepção positiva da missão entre a população haitiana, diminuindo resistência e aumentando cooperação

PNH. Um desafio crítico foi a perda total dos registros do processo de verificação, forçando a reconstrução de milhares de prontuários (United Nations, 2010, p. 9).

A MINUSTAH também intensificou o programa de Redução da Violência Comunitária (CVR). Em áreas críticas, como Martissant e Carrefour Feuilles, foram implementados projetos de limpeza de drenagens, reabilitação de canais e gestão de bacias hidrográficas, voltados a mitigar riscos ambientais e gerar empregos temporários para mais de 44 mil pessoas (United Nations, 2010, p. 9).

O apoio ao Estado haitiano ganhou novo alcance. A missão trabalhou diretamente com estruturas locais de gestão de desastres, reabriu um sub-escritório em Léogâne e ampliou a cooperação técnica com o Parlamento, auxiliando na elaboração e revisão de legislações voltadas à proteção da infância, igualdade de gênero, combate à corrupção e regulamentação de mídia. No Judiciário, houve recuperação de documentos, reorganização de tribunais e elaboração de um plano de reconstrução do sistema de justiça com horizonte até setembro de 2011 (United Nations, 2010, p. 10).

No sistema prisional, as ações concentraram-se na prevenção de fugas, oferta de insumos básicos e restauração de instalações. O monitoramento de violações de direitos humanos foi intensificado, e a MINUSTAH assumiu o grupo de proteção, com foco em deslocados, violência sexual e integração de parâmetros internacionais na reconstrução (United Nations, 2010, p. 10).

A proteção de mulheres e crianças tornou-se eixo central. A destruição de serviços especializados levou a missão, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)¹³, a criar espaços emergenciais de acolhimento para vítimas de violência sexual. Discussões constitucionais passaram a considerar a adoção de uma cota mínima de 30% de mulheres. Em articulação com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹⁴, ampliaram-se ações contra adoções ilegais, tráfico infantil e vulnerabilidades em campos de deslocados (United Nations, 2010, p. 11-12).

No campo da comunicação, a rádio MINUSTAH FM retomou sua transmissão apenas cinco dias após o terremoto, desempenhando papel fundamental na difusão de orientações de emergência e na realocação de famílias em áreas vulneráveis (United Nations, 2010, p. 12). Em paralelo, mesmo com recursos reduzidos, a missão reativou seus mecanismos de prevenção de abuso e exploração sexual, conduzindo investigações e repatriando dois policiais por má conduta (United Nations, 2010, p. 12).

A participação brasileira recebeu destaque particular nesse contexto. De acordo com

¹³ United Nations Population Fund (UNFPA).

¹⁴ United Nations Children's Fund (UNICEF).

Aguilar (2012, p. 5), a destruição provocada pelo terremoto afetou profundamente a estrutura da MINUSTAH e também o contingente brasileiro, que perdeu militares e equipamentos na catástrofe. Diante disso, o governo do Brasil considerou prioritária não apenas a resposta humanitária, mas também a reconstrução da capacidade operacional do batalhão brasileiro e da própria MINUSTAH. O então Presidente da República brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu um Gabinete de Crise, que funcionou até 13 de maio de 2010, e adotou ações emergenciais voltadas ao resgate de sobreviventes, ao fornecimento de água e alimentos e ao restabelecimento das comunicações do contingente nacional (Aguilar, 2012, p. 6).

No plano logístico, o Brasil estabeleceu centros de apoio em Porto Príncipe e em Santo Domingo, mobilizando o Itamaraty, o Ministério da Defesa, o Ministério da Saúde e a Defesa Civil. Foram realizados 219 voos que transportavam 4.644 pessoas e 1.990 toneladas de suprimentos, incluindo um hospital de campanha da Força Aérea Brasileira, equipamentos de resgate, lonas, tendas, medicamentos e alimentos (Ambassade du Brésil à Port-au-Prince, 2010, *apud* Aguilar, 2012, p. 6). Em cooperação com a Itália, a Marinha do Brasil enviou helicópteros e equipes especializadas em evacuação aeromédica, que atuaram em conjunto com engenheiros italianos e médicos instalados em navios-hospital (Brasil, MB, 2010, *apud* Aguilar, 2012, p. 6).

Além da resposta humanitária, o Brasil assumiu compromissos amplos de assistência humanitária e financeira. Aguilar (2012, p. 7) relata que o governo brasileiro destinou US\$15 milhões em ajuda emergencial e realizou contribuições voluntárias ao Programa Mundial de Alimentos e a outras organizações multilaterais. No âmbito da reconstrução, o Brasil também co-presidiu, ao lado do Canadá, Espanha, França e União Europeia, a conferência de doadores de 31 de março de 2010, em Nova York, comprometendo-se com US\$172 milhões adicionais, além dos US\$167 milhões previamente destinados em emergências (Guimarães, 2011, *apud* Aguilar, 2012, p. 7).

Ao lado dessas iniciativas, o Conselho de Segurança solicitou ao Brasil o envio de um batalhão adicional, decisão que foi discutida no Gabinete de Crise e aprovada após coordenação entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas. Com isso, o contingente brasileiro na MINUSTAH aumentou em 900 militares, reforçando a capacidade da missão (Soares, 2011, *apud* Aguilar, 2012, p. 7). Em síntese, após 2010 a MINUSTAH passou a operar de maneira ainda mais complexa, articulando segurança, logística humanitária, reconstrução institucional e proteção de direitos humanos. A ampliação do mandato, a reorientação operacional, o fortalecimento das atividades civis e a mobilização de contingentes adicionais, particularmente do Brasil, que mobilizou um Gabinete de Crise,

mostram como a missão se adaptou à conjuntura crítica pós-terremoto. Conforme aponta a literatura posterior, esse período intensificou debates sobre legitimidade, soberania, eficácia humanitária e geopolítica da presença internacional no Haiti, temas que serão aprofundados na discussão da próxima seção.

5. Discussão: entre a ajuda humanitária e a lógica geopolítica

As avaliações sobre operações de paz costumam seguir perspectivas distintas. Uma vertente tradicional considera “bem-sucedidas” as missões que cumprem objetivos estritamente definidos em seus mandatos, como a interrupção de confrontos, o controle da violência armada e a restauração de um ambiente minimamente estável (Diehl, 1993; Durch, 1993, *apud* Cavalcante, 2017, p. 57-58). Em contraste, outra abordagem amplia os critérios de análise e observa se a operação produz transformações sociais mais profundas, como redução de vulnerabilidades, melhoria de condições socioeconômicas e proteção consistente dos direitos humanos (Bratt, 1996; Johansen, 1994, *apud* Cavalcante, 2017, p. 58). Essas duas lentes ajudam a compreender a natureza ambígua da atuação da MINUSTAH, sobretudo após o terremoto de 2010.

Como discutido anteriormente, a missão obteve resultados relevantes em diversas áreas: desde ações de segurança até apoio à reconstrução institucional e coordenação da ajuda humanitária. No entanto, esses avanços conviveram com controvérsias significativas, que suscitaram questionamentos sobre sua legitimidade, sua eficácia e seus impactos de longo prazo na sociedade haitiana.

Entre os pontos controversos estão as denúncias de abuso e exploração sexual cometidas por integrantes da missão, tema que afetou profundamente a percepção haitiana sobre a presença das tropas internacionais. A pesquisa de King et al. (2021) mostra que a população local tinha conhecimento amplo desses episódios, o que alimentava sentimentos de desconfiança e ressentimento. Embora muitas pessoas reconhecessem aspectos positivos da atuação da MINUSTAH, como patrulhamentos, distribuição de mantimentos e certa sensação de segurança, a convivência com relatos recorrentes de violência sexual transformou a presença dos peacekeepers em uma experiência ambivalente e, para muitos, traumática.

Essas denúncias não foram casos isolados. Investigações independentes revelaram padrões de abuso que envolveram diferentes contingentes ao longo dos anos. Um dos episódios mais graves ocorreu entre 2004 e 2008, quando 134 soldados do Sri Lanka foram identificados como responsáveis por estupro sistemático e pela operação de um esquema de exploração sexual envolvendo crianças haitianas. Outro caso emblemático ocorreu em 2011, quando cinco soldados uruguaios (junto com um superior) foram repatriados após

violentarem um jovem haitiano, episódio amplamente divulgado na imprensa e que aprofundou a erosão da credibilidade da missão (King et al., 2021, p. 2). Esses episódios evidenciam que as desigualdades de poder entre peacekeepers e comunidades locais criavam condições de vulnerabilidade extrema, nas quais qualquer interação podia assumir caráter coercitivo, ainda que apresentada como “consensual”

Desde o início dos anos 2000, a ONU buscou responder a esse tipo de violação com a implementação da política de “tolerância zero”, estabelecida em 2003. Essa diretriz proibiu qualquer relação sexual entre militares e civis beneficiários da missão, entendendo que o desequilíbrio estrutural de poder tornava impossível assegurar voluntariedade plena. Em 2005, o chamado “Relatório Zeid” apresentou um plano mais robusto para prevenir e responder a casos de exploração sexual, recomendando mudanças nos acordos com países contribuintes e ampliando a responsabilidade desses Estados pela investigação e punição de seus contingentes. Como resultado, em 2007, o Memorando de Entendimentos entre a ONU e os países que enviam tropas foi revisado, reforçando obrigações formais relativas à apuração e ao envio de informações sobre o andamento das investigações (King, 2022, p. 3).

O conhecimento difundido desses episódios entre a população local afetou de maneira direta a legitimidade da MINUSTAH. King et al. (2021) mostram que, para muitos haitianos, a presença de tropas estrangeiras passou a ser lembrada menos pelas operações de segurança e mais pelas violações cometidas. O resultado foi um desgaste profundo da imagem da missão e da ONU como um todo, a ponto de alguns entrevistados associarem os peacekeepers não à proteção, mas a risco, violência e abuso. Essa deterioração da confiança pública coloca em xeque um dos princípios centrais das operações de paz: a construção de um ambiente seguro baseado na aceitação da população anfitriã. Assim, ainda que a MINUSTAH seja considerada por alguns formuladores de política externa como bem-sucedida em termos de estabilização, esse suposto sucesso convive com efeitos corrosivos produzidos pelos episódios de violência sexual, que minaram a legitimidade moral da missão e fragilizaram sua capacidade de atuar de forma verdadeiramente protetiva.

Outra controvérsia central refere-se à epidemia de cólera que atingiu o país a partir de outubro de 2010, como já citado anteriormente neste artigo. Diversos estudos independentes associaram sua origem ao despejo inadequado de resíduos de um acampamento de tropas nepalesas, cuja contaminação se disseminou pelo sistema hídrico. A crise sanitária teve consequências devastadoras, com milhares de mortos ao longo dos anos seguintes. A resposta lenta da ONU e o reconhecimento tardio de sua responsabilidade institucional alimentaram críticas sobre falhas sistêmicas de accountability e assimetrias de poder no regime

internacional de peacekeeping.

Somada às controvérsias imediatas do pós-terremoto, a permanência prolongada da MINUSTAH reacendeu debates sobre soberania e a limitada autonomia política do Estado haitiano. Guerra e Blanco (2017) argumentam que a missão frequentemente operou segundo uma lógica civilizatória, reproduzindo padrões históricos de tutela internacional sobre o Haiti. Para sustentar essa leitura, os autores recorrem a Paris (2002 apud Guerra; Blanco, 2017, p. 267), que observa que grande parte das instituições responsáveis pelas reformas políticas, econômicas e administrativas promovidas em operações de paz é sediada e financiada por países industrializados do Norte global. Isso significa que os modelos de governança difundidos nessas missões carregam valores, interesses e pressupostos externos, muitas vezes distantes das demandas e prioridades da população local.

Essa crítica é aprofundada por Mullings, Werner e Peake (2010 apud Guerra; Blanco, 2017, p. 267), segundo os quais as diretrizes implementadas em contextos de intervenção tendem a seguir fórmulas padronizadas da Paz Liberal, pouco sensíveis às estruturas sociopolíticas locais e frequentemente alheias às reivindicações populares. Essa padronização reforça práticas de intervenção verticalizadas, em que organismos internacionais definem, conduzem e monitoram reformas internas sem incorporar de modo significativo a participação das comunidades afetadas.

O diagnóstico também dialoga com a reflexão de Taylor (2010 apud Guerra; Blanco, 2017, p. 268), para quem o modelo liberal disseminado em missões de paz tende a fortalecer elites políticas tradicionais, reduzindo o espaço para formas de participação que poderiam emergir de dinâmicas sociais mais amplas. Além disso, esse modelo separa rigidamente as dimensões política e econômica, o que limita mecanismos pelos quais a população poderia influenciar decisões que afetam diretamente seus meios de subsistência (Taylor, 2010, p. 161–162, apud Guerra; Blanco, 2017, p. 268).

A análise de Seitenfus, ainda, complementa esse argumento (2016 apud Guerra; Blanco, 2017, p. 268), ao afirmar que a difusão da chamada “governança democrática” no Haiti ocorreu de maneira desconectada da realidade local, reforçando a percepção de que as reformas promovidas pela MINUSTAH eram impostas “de fora para dentro”, e não fruto de construção política interna. Segundo essa leitura, a missão reproduziu padrões históricos de intervenção externa no Haiti, contribuindo para consolidar dependências institucionais e limitando a capacidade do Estado haitiano de formular projetos próprios de desenvolvimento e organização política.

A contestação a essa dinâmica também emergiu de movimentos sociais haitianos.

Organizações como a Plataforma Haitiana de Luta por um Desenvolvimento Alternativo (PADPA) e a Plataforma de Organizações Haitianas de Direitos Humanos (POHDH) formularam críticas explícitas à manutenção da missão e defenderam projetos alternativos de reconstrução concebidos pela própria sociedade civil (Guerra e Blanco, 2017, p. 270).

Além dessas tensões estruturais, a participação brasileira adiciona uma dimensão geopolítica particular à análise. Embora o Brasil tenha destacado o caráter solidário de sua atuação, a literatura aponta que o engajamento na MINUSTAH também se relacionou a objetivos estratégicos da política externa. Costa (2005) observa que liderar o componente militar ofereceu ao país a oportunidade de demonstrar capacidade operacional e responsabilidade internacional, atributos centrais para o projeto de reforçar sua posição como potência média e para a campanha por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, a participação brasileira na missão pode ser entendida como um esforço simultaneamente humanitário e estratégico, no qual solidariedade e busca por prestígio internacional caminharam lado a lado.

Diante desses elementos, torna-se evidente que interpretar a MINUSTAH apenas como uma operação de ajuda humanitária, ou exclusivamente como instrumento de projeção geopolítica, seria insuficiente. A missão se estruturou justamente na intersecção entre esses dois planos: respondeu a uma emergência catastrófica e apoiou a reconstrução institucional, mas também reproduziu dinâmicas de poder marcadas por valores externos, assimetrias históricas e interesses estratégicos de Estados que a compunham. Os impactos sociais contraditórios, as controvérsias envolvendo abusos, a crise de cólera, a baixa participação haitiana nos rumos da missão e a busca de prestígio internacional por parte de alguns atores, inclusive o Brasil, mostram que a MINUSTAH constituiu uma experiência híbrida, cujos efeitos são ao mesmo tempo estabilizadores e problemáticos.

Essas ambivalências conferem ao caso haitiano um papel emblemático nos debates contemporâneos sobre operações de paz. Elas mostram que, quando missões combinam objetivos humanitários com expectativas de ganho político, seus resultados tendem a ser complexos, produzindo avanços importantes, mas também tensões profundas ligadas à soberania, legitimidade e autonomia decisória.

6. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que a atuação da MINUSTAH no Haiti, especialmente após o terremoto de 2010, não pode ser interpretada apenas sob uma lógica humanitária nem exclusivamente por um viés geopolítico. Partindo de um método analítico-descritivo, buscou-se reconstruir historicamente as raízes da fragilidade

haitiana, desde a colonização, passando pela independência, pelas sucessivas intervenções estrangeiras, pela ditadura dos Duvalier e pela instabilidade política da década de 1990, até o colapso institucional aprofundado pelo desastre de 2010. Esse percurso evidenciou que o Haiti chegou ao terremoto já marcado por estruturas estatais frágeis, dependência externa pronunciada e desigualdades estruturais que configuraram um cenário propício para a elevada destruição e para a ampla mobilização internacional.

Nesse contexto, a MINUSTAH, originalmente criada em 2004 para estabilizar o Haiti após a queda de Aristide, foi forçada a adaptar rapidamente sua estrutura e seu mandato, ampliando atribuições militares, logísticas, humanitárias e institucionais. Como demonstrado, a missão atuou como um dos pilares centrais da resposta emergencial, coordenando operações de resgate, garantindo segurança, articulando fluxos logísticos, fortalecendo instituições destruídas e ampliando mecanismos de proteção de direitos humanos, especialmente para mulheres, crianças e deslocados internos.

Entretanto, os avanços obtidos coexistiram com controvérsias significativas. A presença internacional foi marcada por episódios graves, como os casos de exploração e abuso sexual cometidos por peacekeepers (King et al., 2021), e pela introdução do surto de cólera, que resultou em milhares de mortes e colocou em evidência limitações estruturais de responsabilização e transparência dentro da ONU. Paralelamente, debates aprofundados pela literatura crítica, como os de Guerra e Blanco (2017), mostram que as reformas promovidas no âmbito político, econômico e institucional seguiram diretrizes associadas à Paz Liberal, reproduzindo valores e interesses externos pouco alinhados às demandas da sociedade haitiana. A baixa participação popular nas decisões sobre reconstrução, a predominância de agendas definidas pelo Core Group e a continuidade de assimetrias históricas reforçaram percepções de tutela internacional e questionamentos sobre soberania.

A participação brasileira adicionou uma dimensão relevante à análise. Embora o Brasil enfatizasse o caráter solidário de sua atuação e estivesse entre os países mais bem avaliados pela população haitiana, sua liderança militar também expressou objetivos de política externa, como o fortalecimento de sua imagem como potência média e a busca por maior protagonismo internacional, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança da ONU (Costa, 2005). Assim, a atuação brasileira se insere na própria ambiguidade constitutiva da missão: simultaneamente humanitária e estratégica.

Diante desse conjunto complexo de elementos, o estudo confirma a hipótese de que a MINUSTAH operou na intersecção entre solidariedade humanitária e interesses geopolíticos. A missão respondeu a uma emergência devastadora, teve papel fundamental na estabilização

inicial e contribuiu para reorganizar instituições vitais do Estado. Porém, ao mesmo tempo, reproduziu lógicas de intervenção e governança alinhadas a agendas externas, enfrentou graves problemas de legitimidade e reforçou dinâmicas de dependência estrutural.

O caso haitiano, portanto, evidencia os limites e as contradições de operações de paz que combinam objetivos humanitários com expectativas de prestígio, influência e projeção internacional. A experiência da MINUSTAH mostra que ações de ajuda podem gerar impactos positivos imediatos, mas, quando orientadas por modelos externos ou marcadas por desequilíbrios de poder, tendem a produzir tensões profundas relacionadas à soberania, autonomia decisória e participação social.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio. Emerging powers, humanitarian assistance and foreign policy: the case of Brazil during the earthquake crisis in Haiti. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 2, n. 19, p. 93-101, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ac157054-a9b8-4057-8d13-0642c6141bc8/content>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- CAVALCANTE, Fernando. Sucesso ou fracasso? Uma avaliação dos resultados da MINUSTAH. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 6, p. 56-66, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/342>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- CORBELLINI, Mariana Dalalana. **Haiti**: da crise à MINUSTAH. 2009. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/17674>. Acesso em: 1 dez. 2025.
- COSTA, Eugenio Pacelli L. D. O Brasil e a MINUSTAH. **Security and Defense Studies Review**, v. 5, n. 1, p. 90-108, 2005.
- COUPEAU, Steeve. **The history of Haiti**. Westport, CT: Greenwood Press, 2008.
- DESROCHES, Reginald; COMERIO, Mary, EBERHARD, Marc; MOONEY, Walter; RIX Glenn. Overview of the 2010 Haiti Earthquake. **Earthquake Spectra**, v. 27, n. S1, p. S1-S21, out. 2011. Disponível em: <https://escweb.wr.usgs.gov/share/mooney/142.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025
- GÓES, Ângela. Especialista da Coppe/UFRJ explica como são projetadas edificações resistentes a sismos. **O Globo**, 3 mar. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/especialista-da-coppeufrj-explica-como-sao-projetadas-edificacoes-resistentes-aos-sismos-3045497>. Acesso em: 29 out. 2025.
- GREENBURG, Jennifer. The “Strong Arm” and the “Friendly Hand”: Military Humanitarianism in Post-earthquake Haiti. **Journal of Haitian Studies**, Volume 19, Number 1, Spring 2013, pp. 95-122. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ac157054-a9b8-4057-8d13-0642c6141bc8/content>

GUERRA, Lucas; BLANCO, Ramon; A MINUSTAH como uma missão civilizatória: uma análise crítica da política internacional para a estabilização do Haiti. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 8 n. 3 (2017): Set. - Dez. 2017. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REI/article/view/2895>

HISTORY of Haiti: an overview. **Haiti Support Group**, c2025. Disponível em: <https://haitisupportgroup.org/learn-about-haiti/history/>. Acesso em: 17 out. 2025.

KING, Carla; FERRARO, Greg; WISNER, Sandra C.; ETIENNE, Stéphanie; LEE, Sabine; BARTELS, Susan A. “‘MINUSTAH is doing positive things just as they do negative things’: nuanced perceptions of a UN peacekeeping operation amidst peacekeeper-perpetrated sexual exploitation and abuse in Haiti”. **Conflict, Security & Development**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14678802.2021.1997453>.

MARGESSON, Rhoda; TAFT-MORALES, Maureen. Haiti earthquake: crisis and response. Washington, D.C.: **Congressional Research Service**, 2010. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/row/R41023.pdf>

NAÇÕES UNIDAS. ONU expressa otimismo e cautela sobre o Haiti. *ONU News*, 2009. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2009/09/1315671>. Acesso em: 14 nov. 2025.

PALLARDY, Richard. 2010 Haiti earthquake. **Encyclopaedia Britannica**, 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/2010-Haiti-earthquake/Humanitarian-aid>. Acesso em: 20 out. 2025.

UNITED NATIONS. MINUSTAH: United Nations Stabilization Mission in Haiti (Background). **United Nations Peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/minustah/background.shtml>. Acesso em: 27 out. 2025.

UNITED NATIONS. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti (S/2010/200). **New York: United Nations Security Council**, 2010. Disponível em: <https://www.refworld.org/reference/countryrep/unsc/2010/en/73082>. Acesso em: 15 nov. 2025.

UNITED NATIONS. Security Council authorizes Multinational Interim Force for Haiti for a period of three months (Resolution 1529, 2004). **United Nations Press Release SC/8083**, 29 Feb. 2004. Disponível em: <https://press.un.org/en/2004/sc8083.doc.htm>. Acesso em: 27 out. 2025.

UNITED STATES. Assessing Progress in Haiti Act of 2014. **Public Law 113–162**, 8 ago. 2014. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/113th-congress/senate-bill/1104>. Acesso em: 27 out. 2025.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY (USGS). **M 7.0 - 10 km SE of Léogâne, Haiti**. 2010. 1 imagem. Disponível em: <https://earthquake.usgs.gov/earthquakes/eventpage/usp000h60h/executive>. Acesso em: 20 out. 2025.